



Diário Económico

03-10-2013

Periodicidade: Diário

Classe: Economia/Neócios

Âmbito: Nacional

Tiragem: 18714

Temática: Saúde

Dimensão: 798

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/10



Avaliação Técnicos da 'troika' defendem que Saúde não deve sofrer mais cortes. — P10



Paula Nunes

Agora que os técnicos da 'troika' acreditam que não deve haver mais cortes no financiamento do SNS, o ministro Paulo Macedo terá de traçar a sua "linha vermelha" no Conselho de Ministros defender o orçamento da Saúde.

PREJUÍZOS**372 milhões**

Os hospitais EPE registavam em Agosto prejuízos de 372 milhões de euros. O valor agravou-se face a 2012 devido à reposição dos subsídios e ao aumento das contribuições para a CGA.

CORTE EM 2014**230 milhões**

O valor não está fechado, mas os serviços do Ministério da Saúde estão a trabalhar com um corte de cerca de 230 milhões de euros no Orçamento do Estado para 2014.

Técnicos da troika defendem que Saúde não deve ter mais cortes

Ajustamento A nível técnico já ninguém defende novos cortes no financiamento do SNS. Decisão será unicamente política.

Catarina Duarte

catarina.duarte@economico.pt

Os técnicos da 'troika' acreditam que a área da Saúde atingiu o limite dos cortes orçamentais. Das reuniões que decorreram nas últimas duas semanas entre os técnicos do Ministério da Saúde e os peritos do FMI, do BCE e da Comissão Europeia que acompanham a implementação das medidas nesta área, saiu a convicção de que não deviam ser feitos mais cortes a eito no financiamento do Serviço Nacional de Saúde (SNS), uma vez que Portugal já ajustou a despesa pública com Saúde para níveis inferiores aos de outros países da Europa.

As medidas inscritas no Memorando de Entendimento estão praticamente todas implementadas, apesar de haver ainda margem para reformas que podem gerar poupanças a médio prazo (como por exemplo a reorganização do mapa dos hospitais). Mas, a nível técnico, já ninguém defende novas reduções cegas no financiamento.

A decisão quanto ao corte na dotação orçamental do Serviço Nacional de Saúde (SNS) para o próximo ano passa assim para o campo político. Caberá agora ao Governo e aos chefes da missão da

'troika' decidirem qual a contribuição da Saúde no corte de 3,6 mil milhões no âmbito da chamada "reforma do Estado". E fica também na responsabilidade do ministro Paulo Macedo traçar a sua "linha vermelha".

Macedo tem defendido publicamente que o orçamento da Saúde não deve voltar a descer. Mas, perante o risco de mais chumbos do Tribunal Constitucional (TC) e de cedências noutras áreas da despesa (como nas pensões, onde Paulo Portas traçou uma "fronteira" - ver texto ao lado) o SNS pode voltar a ser alvo de cortes transversais. Só entre o risco que pesa sobre os cortes nas pensões da CGA e a não aplicação da TSU dos pensionistas estão comprometidos mais de 1,1 mil milhões de euros. Estes riscos já levaram os credores internacionais a pedir ao Executivo que tenha um plano B para acautelar surpresas negativas.

Para já, e tal como o Económico avançou, os serviços do Ministério estão a trabalhar com um corte de 200 milhões de euros no Orçamento do Estado para 2014. Um valor que o gabinete do ministro desmente, apesar de não avançar qualquer número. Ao que o Diário Económico apurou nada ficará decidido enquanto não fo-

rem encerradas as avaliações da 'troika', o que poderá acontecer no final desta semana.

Menos financiamento vai agravar a dívida e os prejuízos

Nos últimos anos a Saúde tem sido uma das áreas centrais de corte de despesa. De acordo com a Conta Geral do Estado de 2012, "o sector da Saúde atingiu uma redução de custos operacionais na ordem dos 316 milhões de euros que supera os objectivos propostos". Também a OCDE, numa análise publicada em Junho, refere que em 2011 (primeiro ano da 'troika') a despesa pública com Saúde em Portugal caiu 8% face a 2010. Só

A bola está agora no campo político. Caberá ao Governo e aos chefes da missão da 'troika' decidirem qual a contribuição da Saúde para a reforma do Estado.

nos gastos com medicamentos o corte nos encargos do Estado foi de 20% no mesmo período, refere a organização.

Os gestores hospitalares e economistas ouvidos pelo Económico acreditam que novos cortes no financiamento só vêm avolumar a dívida e agravar os prejuízos dos hospitais. E, mesmo as verbas extraordinárias que o Governo injectou para pagar dívidas a fornecedores, acabam por parecer um "copo de água num incêndio", refere um administrador hospitalar. "Sempre que nos aproximamos de uma situação mais perto do equilíbrio, são ditados novos cortes e a situação volta à estaca zero", desbafa outra fonte ligada ao sector.

O economista Miguel Gouveia chama-lhe "dívida pública clandestina". "Tradicionalmente, quando é preciso cortar despesa, subfinancia-se os hospitais para os obrigar a cortar custos. Mas sistematicamente os hospitais furam o orçamento, ou seja, a estratégia não tem dado grandes resultados e o que acontece é que a dívida é varrida para debaixo do tapete, mas está lá", explica o especialista em economia da saúde. Para baixar efectivamente a despesa, "mais do que actos de corte orçamental é preciso melhorar o com-

portamento dos gestores e dos profissionais, cortar consumos e reformar o parque hospitalar", acrescenta.

Outro gestor hospitalar defende que a nível da exploração dos hospitais já não há mais a fazer. A partir de aqui só há dois caminhos: cortar na massa salarial, nomeadamente nas remunerações dos médicos, e avançar para poupanças estruturais com a reforma da rede hospitalar. Impor mais cortes no financiamento sem mexer nestas duas áreas só leva a um resultado que é aumentar a dívida e os prejuízos, explica.

Esta acumulação de prejuízos e de dívida é, por outro lado, um risco cada vez maior para as contas oficiais. É que até aqui os prejuízos dos hospitais não eram contabilizados no défice orçamental, uma situação que estará prestes a mudar. Em 2014 vão entrar em vigor novas regras de contabilização a nível europeu que vão obrigar a contar na dívida pública os prejuízos dos hospitais e de empresas públicas. Os prejuízos operacionais dos hospitais-empresa (EPE) rondavam 200 milhões em 2012, um valor que já foi superado nos primeiros oito meses deste ano, com o resultado negativo a atingir 370 milhões de euros (0,2% do PIB). ■ com M.M.O.